



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**Faculdade de Ciências Humanas
Licenciatura em História**

Vinícius Mancini Alves

**AS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DO *PRINCEPS* CALÍGULA A
PARTIR DOS ESCRITOS DE SÊNECA E SUETÔNIO**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**Faculdade de Ciências Humanas
Licenciatura em História**



Vinícius Mancini Alves

**AS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DO *PRINCEPS* CALÍGULA A
PARTIR DOS ESCRITOS DE SÊNECA E SUETÔNIO**

Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de Monografia, apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciado no Curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Professor Orientador: **Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos UFMS / FACH**

BANCA



Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos – Orientador

UFMS

Ms. Adriano Fagherazzi – Membro Titular

Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Carlos Batista Prado – Membro Titular

UFMS



AGRADECIMENTOS

A conclusão deste curso não seria possível sem a participação de diversas pessoas ao longo da trajetória. Tentar expressar meus agradecimentos em palavras para estas pessoas não seria possível, ainda que houvesse uma quantidade ilimitada de laudas. Contudo, não poderia deixar de tentar mesmo assim.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por ter me dado forças, mesmo nos momentos mais difíceis, e por ter me ouvido ao longo de toda a caminhada, mesmo quando pensei que não havia ninguém. Obrigado, força minha.

Agradeço aos meus pais, Nivaldo Alves Corrêa e Cleonice da Silva Mancini, obrigado por sempre estarem torcendo e orando por mim, sem vocês eu não teria dado mais esse passo.

Meus mais profundos agradecimentos ao professor Carlos Eduardo da Costa Campos, por ter me orientado em todos os aspectos da vida e por ter me acolhido desde o meu primeiro semestre de faculdade. Seus ensinamentos e exemplos como profissional irão me acompanhar por toda vida, sou muito grato por ter sido seu orientando.

Obrigado a todo laboratório de pesquisa ATRIVM, meus dias com vocês serão inesquecíveis, obrigado pela parceria e amizade durante toda a formação, em especial ao meu amigo João Guilherme, que me acompanhou durante dias e noites em claro em grande parte da caminhada.

Ademais, agradeço a toda a equipe de docentes e ao aparato estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Agradeço a todos os professores pela paciência e pelos ensinamentos transmitidos durante as aulas, em particular à professora e diretora da Faculdade de Ciências Humanas (FACH), Vivina Dias Sól Queiróz, por ter me auxiliado em diversas ocasiões nas questões institucionais. Seu amor pela docência é um exemplo que irei seguir.

RESUMO

AS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DO *PRINCEPS* CALÍGULA A PARTIR DOS ESCRITOS DE SÊNECA E SUETÔNIO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as representações literárias do *princeps* Calígula através de Sêneca e Suetônio. Desta maneira, o estudo busca contextualizar os escritos, com o intuito de problematizar e ressaltar a importância das representações na sociedade. O foco da pesquisa está nas obras *De Ira* de Sêneca e o quarto livro da obra *De Vita Caesarum* de Suetônio, por se tratarem de obras mais específicas sobre Calígula. Em nosso estudo, buscamos as traduções de maior rigor metodológico destas obras para proporcionar uma problematização adequada destes escritos. Desta forma, com ênfase na literatura, buscamos contextualizar as informações fornecidas pelos autores, além de buscar as origens da representação da loucura de Caio.

Palavras-chave: Calígula; Sêneca, Suetônio; Principado Romano, loucura.

ABSTRACT

The Literary Representations of Princeps Caligula in the Writings of Seneca and Suetonius

This research aims to analyze the literary representations of Emperor Caligula through the works of Seneca and Suetonius. Thus, the study seeks to contextualize these writings in order to critically examine and highlight the importance of representations in society. The research focuses on Seneca's *De Ira* and the fourth book of Suetonius' *De Vita Caesarum*, as they are more specific works about Caligula. In our study, we rely on translations with the highest methodological rigor to provide an appropriate critique of these writings. In this way, with an emphasis on literature, we aim to contextualize the information provided by these authors and explore the origins of the representation of Gaius' madness.

Keywords: Caligula; Seneca; Suetonius; Roman Principate; madness.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	8
2 - O PRINCIPADO ROMANO E A DOMUS JÚLIO-CLAUDIANA	12
2.1 - A Implantação do Principado	12
2.2 Debates Sobre o Principado Júlio-Claudiano	15
2.3 Tibério e os Problema de Sucessão	18
3 - O PRINCEPS CALÍGULA: AS REPRESENTAÇÕES NOS TEXTOS LITERÁRIOS	21
3.1 - A representação do Princeps Calígula em Sêneca	21
3.2 A representação do Princeps Calígula em Suetônio	26
3.3 Convergências e divergências nas representações	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
BIBLIOGRAFIA	36

1 - INTRODUÇÃO

O ensino de História, particularmente o de História Antiga, é essencial para questionar a unicidade do pensamento e desconstruir mitos históricos que frequentemente sustentam narrativas políticas e culturais, uma prática existente desde a Antiguidade (Francisco, 2007, p. 30-56). O caso de Caio Júlio César Augusto Germânico, conhecido como Calígula, é um exemplo relevante desse processo.

Após a morte de Tibério, Calígula assumiu o poder num contexto de grandes expectativas, devido aos feitos heroicos de seu pai, Germânico, e à crença romana na herança das virtudes. No entanto, as descrições de Suetônio e Sêneca, entre outros, construíram a imagem de um imperador marcado por desmandos e loucura. A figura de Calígula como o “imperador louco” se perpetuou ao longo dos séculos, reforçada por relatos como o de suas supostas relações incestuosas e escândalos em banquetes, imortalizados, por exemplo, em passagens como: "Teve frequentes relações incestuosas com todas as suas irmãs, e em pleno banquete, as colocava abaixo de si, uma de cada vez, enquanto sua esposa ficava por cima" (Suetônio, Cal. XXIV, 1).

A revisão historiográfica realizada por estudiosos como Bráulio Costa Pereira (2016), Hugo de Araujo Gonçalves da Cunha (2015) e Aloys Winterling (2011) foi fundamental para contextualizar e criticar essas representações, considerando a parcialidade e a influência da rivalidade entre Calígula e a aristocracia romana. Estes novos estudos permitem reavaliar relatos esdrúxulos, como a suposta promoção de seu cavalo ao cargo de cônsul, revelando a complexidade e a intencionalidade por trás das fontes históricas, e o modo como foram utilizadas para moldar a imagem de Calígula ao longo da história.

Caio Júlio César Germânico, filho de Agripina e Germânico, nasceu em 31 de agosto durante o ano 12 EC, sem local preciso, historiadores e eruditos de sua época como Lêntulo Getúlico afirmam ter nascido em Tibur, outros como Plínio, o Jovem, defende o nascimento em Tréveris, mas Suetônio, baseado em documentos oficiais, devido sua posição de secretário da correspondência imperial e grande erudição, defende o nascimento em Âncio, “Eu mesmo encontrei nos Atos oficiais que ele nasceu em Âncio” (Cal. VIII, 5).

Havia grande expectativa no jovem Calígula - apelido esse cunhado por soldados romanos que conviviam com o futuro imperador, sendo Calígula o diminutivo de *Caliga*, bota romana utilizada por soldados rasos e que era utilizada por Caio durante a infância - graças aos grandes feitos acompanhados do alto carisma de seu pai. Desta forma era aclamado pelo

povo e pelos militares, devido a crença romana das virtudes hereditárias derivadas de seu pai, Germânico.

“Consta que Germânico tinha todas as virtudes do corpo e do espírito, e ninguém as tinha em tão grande nível: aparência e força notáveis, talento extraordinário em ambos os tipos de eloquência e aprendizado, singular benevolência, e um admirável e poderoso esforço de granjear as boas graças dos homens e obter sua afeição” (*Cal.* III, 1).

Contrariamente, de acordo com Suetônio, sua natureza cruel e depravada pode ser notada através de suas relações com Tibério, visto que o mesmo foi responsável pela morte de seu pai, mãe e irmãos. Portanto, o fato de frequentar orgias, assistir castigos dos condenados e adentrar os aposentos de Tibério com um punhal era consentido pelo mesmo “na esperança de que, através delas, pudesse abrandar seu gênio feroz” (*Cal.* XI, 1).

Calígula alcançou o poder através da mesma via já assediada por ele, o parricídio. Ao ser designado Áugure e elevado ao pontificado por Tibério, vislumbrou uma oportunidade de ascensão ao poder, logo, seduziu Ênia Névia - esposa do chefe da guarda pretoriana, Macrão - através da promessa de casamento caso cooperasse no assassinato de Tibério.

Uma vez alcançado o poder “Ele próprio inflamava a devoção dos homens com todo tipo de medidas populares” (*Cal.* XV, 1), além de homenagear seus falecidos entes como pai, mãe, irmãos, e honrar os vivos como irmãs e avó. Amor esse representado como incestuoso por Suetônio e Sêneca em *De Vita Caesarum* e *De Ira*, respectivamente. Fato este contestado por historiadores contemporâneos:

“[...] a leitura daquilo que autores de diferentes períodos da história da literatura romana escreveram sobre Calígula permite perceber que no meio aristocrático circulavam histórias que, muito longe de corresponderem a relatos imparciais dos acontecimentos, cumpriam o papel de difamar o princeps, construindo em torno de sua figura uma aura de loucura.” (Cunha, 2015. p 107)

Além disso, construiu obras colossais com o objetivo de demonstrar poder e aterrorizar os inimigos de Roma, como a ponte entre Baías e o quebra-mar de Puzzuoli e terminou obras não finalizadas em outros governos, como templos, aquedutos e muralhas. Nota-se os primeiros anos do império de Calígula como próspero e virtuoso que contrasta a representação de crueldade e loucura cunhado por seus eruditos contemporâneos.

Contudo, ao decorrer dos anos, passou a comportar-se como um tirano cruel, que utilizava da força e do medo para alcançar seus objetivos, visto que frases como “Que me odeiem, desde que me temam” eram utilizadas com frequência pelo imperador de acordo com Suetônio (*Cal.* XXX, 3). O uso da violência caracteriza a principal crítica senequiana, visto

que deriva do ódio, o vício mais ruinoso do homem e caracteriza a irracionalidade ou loucura, que auxiliou na cunhagem do mantra de imperador louco.

Afinal, de acordo com Sêneca, Calígula teria sido responsável por sua própria morte, não somente pelo uso irracional da violência, mas por agir de acordo com um monarca oriental e por menosprezar a aristocracia e suas disputas, como afirma A. Winterling (2011) em que o imperador havia elevado um cavalo ao senado para ilustrar o quão animalescos eram as honrarias e luxos aristocráticos. Através de análises literárias de eruditos romanos como Sêneca e Suetônio, sobre a polêmica figura do imperador, busca-se compreender os projetos políticos de disforização desse imperador romano com apoio da historiografia atualizada sobre o tema.

As obras literárias “Sobre a Ira” e o quarto texto da série “A vida dos Doze Césares” de Sêneca e Suetônio respectivamente, escritas no século II EC, representam problemas historiográficos similares devido ao problemas políticos e filosóficos - Suetônio sob a égide moral da ordem Senatorial e Sêneca da ordem equestre e o estoicismo - nos quais ambos escritores estavam envolvidos contra a figura do imperador Caio.

O principado romano, marcado por sua complexidade e ambiguidade, impactou profundamente a dinâmica sociopolítica daquela época. Tendo Augusto como seu predecessor, o principado caracterizou-se com uma grande concentração de poder no *princeps* através de estruturas republicanas. Esta conjuntura política, baseada em rupturas e continuidades com a república, constituiu um complexo e fundamental desafio aos imperadores futuros: manter o poder através de hábeis manobras políticas e comunicações enigmáticas.

Calígula, caracterizado por romper com esta comunicação ambígua estabelecida por Augusto, entrou em atrito direto com os senadores durante seu governo, o que gerou a representação disfórica que perpetua até os dias contemporâneos, de tal maneira que a contextualização das narrativas escritas pelos autores Sêneca e Suetônio, tornam-se fundamental para entender o contexto político e social em que o imperador estava inserido.

Os objetivos deste estudo são, primeiramente, compreender o cenário político romano e as representações de Calígula a partir das obras de Sêneca e Suetônio, analisando também os estudos historiográficos contemporâneos que investigam esses mesmos objetos. Pretende-se levantar pesquisas recentes sobre Calígula que revisem seu contexto histórico, social, político e econômico, considerando as variações derivadas dos diferentes cenários imperiais em que este período se insere. Além disso, busca-se examinar como esses contextos variados influenciaram diretamente nos interesses por uma visão difamatória dessa figura histórica,

identificando possíveis razões e interpretações que contribuíram para a construção da imagem de Calígula ao longo do tempo.

O trabalho apresenta uma interface com o campo da Letras Clássicas e a Teoria do Discurso. Assim, buscamos compreender os conceitos de representação, euforização e disforização de acordo com Algirdas Julius Greimas e Jules Courtés através da semiótica (1988). Dessa maneira o conceito de discurso é compreendido como a subjetividade do texto - sendo este utilizado aqui como unidade de significação (Greimas e Courtés, 1988, p. 125-130). Ou seja, ao cruzar o discurso com a ideologia, juntamente com os elementos linguísticos - como os textos figurativos ou temáticos -, e as determinações inconscientes, este enunciado irá adquirir uma semântica discursiva, na qual o texto transcende a estrutura da linguística e manifesta significações com diversos objetivos, como persuadir, convencer ou argumentar.

Desta forma, para Greimas, o discurso pode ser visto como um enunciado, pois o seu foco se encontra na enunciação e seu sentido, visto que se desdobra a partir de um processo de expressão, no qual a concatenação de frases irá produzir um sentido, efeito, conteúdo, ou seja, um discurso. Portanto, as frases são apenas segmentos do discurso enunciado, pois o tamanho desta expressão não irá identificar o discurso, uma vez que pequenas frases podem possuir grandes significados.

É neste contexto em que os conceitos disforizar e euforizar adquirem verdadeira potência semântica, pois irão constituir e ser constituídos pelo discurso ao instituir valores negativos e positivos (disforizar e euforizar respectivamente) em determinado objeto. Não obstante, a representação está incluída nas estruturas profundas ou superficiais da semiótica, visto que para Greimas, a “linguagem teria por função estar no lugar de outra coisa, de representar uma realidade diferente” (Greimas e Courtés, 1988, p. 382), portanto, as palavras são signos que representam determinados objetos do mundo, desta forma, a representação será uma construção semântica a partir da união de diversos conceitos interdefinidos e controlados pela teoria, que podem ser diferentes, mas não irreconhecíveis entre si (Greimas e Courtés, 1988, p. 382-383).

2 - O PRINCIPADO ROMANO E A DOMUS JÚLIO-CLAUDIANA

2.1 - A Implantação do Principado

O fim do segundo triunvirato marcou uma importante fase de transição e configuração do sistema político romano. O segundo triunvirato, formado em 43 AEC por Otávio, Marco Antônio e Lépido, tinha como principal objetivo a estabilização do governo romano após as guerras civis que seguiram o assassinato de César em 44 AEC. No entanto, as rivalidades internas e a instabilidade persistente levaram ao fim do triunvirato e a uma nova reconfiguração político-social chamada de principado.

Segundo Carlos Eduardo da Costa Campos, o Principado Romano durante a dinastia Júlio-Claudiana pode ser caracterizado como novo sistema político (2017, p. 40) após a ascensão de Otávio ao título de Augusto. Rafael Campos complementa essa visão ao descrever o período como uma fase de transição e experimentação política (2013, p. 130). Esse sistema fora instituído através do discurso de reconstituição da República, que visava tornar-se centralizado no *princeps*¹ através do acúmulo de títulos e cargos como *pater patriae*² e *pontifex maximus*³.

Desta maneira, a Batalha do Ácio⁴ em 31 AEC e posse de Otávio sobre o título de Augusto em 27 AEC, são marcos importantes para compreender a gradual transformação no sistema político e social em Roma. O posicionamento de insatisfação ao acumular funções ou investiduras, fortaleciam o discurso de liberdade republicana defendidos por Otávio, de forma a ser considerado aquele que devolveu a República para o povo romano (Campos, 2017, p. 43; Favarsani, 2013, p. 103).

¹ O título de *princeps* em sua origem latina, significando “primeiro” ou “principal”, já existia na República Romana e concedia primazia àqueles que o possuíam, como o título de *princeps senatus* que concedia o direito de falar primeiro diante os demais senadores. Augusto certificou-se de existir um único *princeps* no senado e no povo romano, o que dava o direito a ele de ser considerado o primeiro entre os cidadãos. O uso estratégico deste título serviu para afastar Augusto da posição de rei, repudiada pela sociedade romana, e consolidou seu poder dentro das estruturas republicanas aproveitadas por ele. (Meseguer, 2018, p. 11)

² Título conferido a Augusto em 2 AEC. O título de *pater familias* sugere que os membros da família deviam respeito e obediência ao *pater*, de forma que o *pater patriae* (pai da pátria), deveria ser obedecido e respeitado por toda a Roma. A importância deste título é potencializada ao conferir o contexto de salvador e restaurador da república em que Augusto estava inserido (Cunha, 2020, p. 409).

³ Cargo de autoridade religiosa conferido à Augusto em 12 AEC após a morte de Lépido. O *Pontifex Maximus* era a mais alta posição religiosa em Roma, era o mais importante do colégio dos pontífices e era eleito publicamente dentre os demais pontífices existentes. O fato de Augusto ter aceitado este cargo somente após a morte de Lépido (o *pontifex maximus* anterior), reforça a ideia do *princeps* como seguidor do *mos maiorum* (Cunha, 2020, p. 75; Campos, 2017, p. 141-142).

⁴ Batalha naval realizada em setembro de 31 AEC entre as forças de Augusto contra as forças de Marco Antônio aliado a Cleópatra. Embora a vitória definitiva de Augusto só tenha ocorrido um ano depois, em 30 AEC, com o suicídio de Cleópatra com Marco Antônio após a derrota na Batalha de Alexandria, a Batalha do Ácio representou um ponto de virada crucial para a História de Roma a partir da vitória de Augusto.

Mary Beard evidencia que o desenvolvimento do Principado se estruturou através da reorganização do poder e da autoridade centralizado no *princeps* (2015, p. 341). De forma que Otávio passou a ser a personificação do resgate das virtudes e costumes tradicionais, tal como modelo a ser seguido pela sociedade romana. Esta máxima se deu a partir da sacralização de Otávio sob título de Augusto, atribuindo-lhe a condição de alguém sagrado ou venerável. Diferente do título de *princeps*, o título de Augusto nunca fora utilizado desde os primórdios de Roma, o que evidenciava a singularidade de Otávio (Beard, 2015, p. 354; Campos, 2017, p. 39-40).

É neste sentido que Augusto obtém êxito onde seus antecessores haviam falhado. A partir de um grande teatro político e promessas republicanas, foi capaz de legitimar suas medidas autocráticas que centralizavam o seu poder em virtude da restauração de uma república já inexistente. Seu impacto no *mos maiorum*⁵ se tornou tão profundo que mesmo aqueles mais atentos aos seus planos, conceberam o seu domínio como parte de uma ordem natural e inevitável (Beard, 2015, p. 369).

A sua influência no horizonte mental romano, não poderia ser tão impactante caso se limitasse a promessas e discursos às elites senatoriais. Campos descreve: “Houve, na realidade, um processo de negociação, adaptação e acomodação capitaneado pelo grupo augustano sobre as demandas sociais, mas mantendo o máximo possível da aparência da constituição republicana” (2017, p. 47). A partir deste processo de ressignificação social, Augusto conseguiu monopolizar o exército, o senado, o povo, e consequentemente, Roma.

Como aponta Pierre Grimal, tendo em vista o passado de Roma, Augusto certificou-se em garantir ser o único chefe dos exércitos, ou o *imperator*⁶ (Grimal, 2010, p. 129), de forma a nomear os principais oficiais do exército, e decidir as estratégias fundamentais para seu avanço. Não obstante, para assegurar seu domínio sobre o exército, rompeu com os vínculos de dependência entre os soldados e os comandantes individuais a partir de uma reforma da aposentadoria, visto que os comandantes eram responsáveis pelo pagamento da aposentadoria de seus soldados. Augusto profissionalizou o exército - anteriormente composto de um grande número de livres soldados -, e assumiu a responsabilidade do pagamento da aposentadoria após 20 anos de serviço (Beard, 2015, p. 370-371). Desta forma, os soldados não serviam

⁵ *Conjunto moral de leis e deveres transmitidos através de gerações.* (Campos, 2017, p. 42)

⁶ Assim como o título de *princeps*, o *imperator* também sofreu ressignificações a partir de Augusto. O título de *imperator* e o poder do *imperium*, existente desde os primórdios de Roma, concedia ao seu portador o direito de dar ordens e obrigar a obediência. Com a passagem para República, esse poder era limitado e sua posse era realizada através de uma votação civil. A partir do principado iniciado por Augusto, o *princeps* passou a deter o monopólio deste poder, ao ponto de significar o próprio poder e autoridade durante o século I EC (Campos, 2017, p. 68-69)

mais aos generais, mas sim ao imperador. Nesse sentido, o monopólio do exército serviu também como força política e demonstração de poder no âmbito interno e externo de Roma (Campos, 2017, p. 57).

Mesmo com um grande poder concentrado em Augusto, Roma se mostrara grande demais para que fosse administrada por um só homem, em paralelo ao enfraquecimento do senado, o imperador transpareceu compartilhar a administração de Roma com o Senado (Campos, 2017, p. 60; Beard, 2015, p. 372). Contudo, Beard afirma que muitas das desavenças entre o imperador e o senado foram solucionadas privilegiando os senadores, além de que estes, que anteriormente serviam como direcionamento político, passaram a formar leis (Beard, 2015, p. 373).

Todavia, partilhamos da perspectiva de Campos, que defende a prioridade do *princeps* devido ao ato de falar primeiro, de forma a direcionar o debate e garantir o seu posicionamento. Não obstante, os poderes censoriais de Augusto, que permitia excluir os senadores indesejados, aliado ao *consilium principis*⁷, garantiria que sua vontade fosse atendida (Campos, 2017, p. 62-63). No entanto, assim como Campos, não acreditamos na primazia absoluta de um sobre o outro, visto que a máscara republicana era o que sustentava o poder de Augusto, de forma que almejava o controle e não o fim do senado.

Desta forma, tal como seu título, Augusto valeu-se da religiosidade para consolidar seu domínio. Afirmava ser destinado a reconstruir Roma devido a sua descendência direta de Enéias (Beard, 2015, p. 369) e através do senado e do povo, ser considerado filho de um deus após a apoteose de César em 42 AEC (Campos, 2017, p. 40; Esteves, 2010, p. 28).

Através de suas reformas socioculturais, Augusto foi capaz de manter-se próximo às mais diversas camadas populares por meio de investimentos culturais e religiosos auxiliado por Mecenas⁸, Virgílio⁹ e Agripa¹⁰. Fábio Favversani, assegura que a partir do aproveitamento e reordenamento cultural, o *princeps* solidificou sua relação com o divino e passou a ser considerado o restaurador dos bons costumes romanos que há muito tempo havia se perdido (Favversani, 2013, p. 105).

⁷ Senadores que compunham a rede de patronagem política do imperador.

⁸ Caio Mecenas, importante financiador cultural, conselheiro e grande amigo de Augusto, também é considerado patrono das artes e da vida cultural romana. (Campos, 2017, p.190).

⁹ Dentre as obras de Virgílio, destaca-se principalmente a Eneida, escrita em 1 EC, no ápice do principado de Augusto. Esta epopeia narra a lenda do herói Enéias, filho dos deuses, considerado o fundador de Roma no qual Rômulo e Remo seriam seus descendentes. A obra fazia alusões a Augusto através de Enéias e a exaltação de suas virtudes, além de compartilhar os ideais defendidos pelo *princeps* durante este período (Silva, 2007).

¹⁰ Marco Vipsânio Agripa, importante general Romano, amigo próximo de Augusto e responsável pela construção de relevantes edifícios durante o principado. Sua política de reformas junto com Augusto foi responsável pelo engrandecimento arquitetônico e revitalização de Roma (Cunha, 2020).

A partir deste processo de ressignificação sociocultural nas mais amplas camadas e instituições romanas, Augusto buscou legitimar sua posição central dentro a sociedade romana através do *mos maiorum* e do fortalecimento de sua rede político-religiosa. Aloys Winterling atribui parte deste fortalecimento através do aproveitamento de comportamentos sociais já usuais dentro do contexto social do período.

Relata-se que, sob Augusto, todo o Senado, todos os membros da ordem equestre e muitos do povo comum compareciam regularmente às recepções matinais em sua casa, transformando-as em um evento de massa que consumia muito tempo. O imperador exercia uma influência decisiva sobre os cargos políticos concedidos a um senador, o que era considerado um "favor" ou "gentileza" (*beneficium*), um ato de amizade imperial. Em troca, o número de legados ao imperador aumentou enormemente, e o imperador lembrava-se de todos os aristocratas de mais alta posição em seu próprio testamento. A "amizade" com o imperador adquiriu, assim, uma nova função, como mecanismo fundamental para regular as relações dentro da aristocracia. (Winterling, 2011, p. 29-30; tradução nossa).

A partir do fragmento, nota-se que Augusto aproveitou de costumes político-sociais para influenciar diretamente o mecanismo aristocrático a seu favor. De forma a conceder favores para fortalecer sua base política através de relações de dependência entre os aristocratas e o imperador.

Anderson Martins Esteves afirma que este processo de consolidação é completado com a concentração de poder em sua família, de forma a possibilitar uma sucessão legítima (Esteves, 2010, p. 24) através do horizonte mental romano, sem comprometer a sua fachada republicana.

Em suma, a consolidação do poder de Augusto através da ressignificação estrutural, foi a peça fundamental para o novo regime centralizado no *princeps*. Suas reformas políticas através dos moldes tradicionais, possibilitaram ao imperador em conjunto com sua rede de apoio político-social, protagonizar um modelo de governo que serviria de base e exemplo para os próximos séculos. De forma que, a *pax augusta*¹¹, tornou-se um objetivo praticamente utópico para seus sucessores, devido à estabilidade proporcionada à Roma durante este período.

2.2 Debates Sobre o Principado Júlio-Claudiano

A tentativa de periodizar o fim da república e o início do principado consiste em uma problemática para historiadores de todos os períodos, de modo a conduzir amplos debates e posicionamentos acerca de uma conjuntura sócio política romana. No que tange o cerne da

¹¹ Período de paz e estabilidade durante o principado de Augusto após dar fim às guerras civis.

discussão, está principalmente a relação entre uma ruptura ou continuação com a república durante o principado de Augusto.

Para Theodor Mommsen (1854-1856) e sua visão constitucionalista, nunca houve ruptura entre o Império e a República, pois Augusto e sua rede de apoiadores buscavam legitimidade através da estrutura política romana. Desta forma, a sociedade era regulamentada através de uma cultura jurídica que não havia sido alterada, estabelecendo assim a ideia de continuidade republicana.

Esta interpretação constitucionalista acerca da estrutura política romana, acaba por menosprezar as influências dos agentes sociais dentro deste contexto. Desta forma, durante o século XX, a partir do deslocamento dos estudos para as elites senatoriais, Ronald Syme (1939) defende o protagonismo destes grupos como a causa de uma ruptura com a república.

Ao recuar para fontes antigas, nota-se também a preocupação dos autores em delinear marcos para esta transição, de forma que reconhecem as diferenças estruturais e buscam estabelecer culpados pela morte da república. Fábio Duarte Joly afirma que para Tácito, este marco se inicia com os reis e encerra com Augusto, que se consolidou devido a um império cansado de guerras civis (Joly, 2014, p. 47). Em “Sobre a Ira”, de Sêneca, este marco se inicia com os vícios estrangeiros que penetraram a sociedade romana e corromperam os homens como Mário e Catilina (*De Ira. Sen XVIII, 1-2*).

Para historiadores mais recentes, o período de corrupção e vícios se iniciara principalmente após a vitória de Roma sobre Cartago, devido ao grande número de recursos e territórios no qual a república teria ao seu dispor. Sendo um dos principais responsáveis pela destruição da república, tal como aponta Grimal:

O exemplo dos reinos asiáticos ensinava as doçuras de uma vida faustosa e a onipotência do dinheiro: lá, uma sociedade indolente, enriquecida pelos comércios de luxo, vivia à sombra de seus jardins, servida por exércitos de escravos. Muitos romanos, que haviam servido durante a guerra contra Antíoco, sentiam-se tentados a seguir esse exemplo e, para isso, enriquecer o mais depressa possível, por todos os meios. Catão compreendeu o perigo (Grimal, 2010, p.82).

O fragmento exemplifica que mesmo os contemporâneos deste período já se mostravam preocupados com a quantidade de riquezas obtidas e do estilo de vida sedutor que poderia distorcer as virtudes romanas. De tal modo que a busca desmedida pela riqueza individual, poderia ser responsável pela morte da República.

A grande quantidade de marcos e periodizações torna problemática a tentativa de padronizar todo o processo de transição em uma dualidade de ruptura ou continuidade. Partilhamos da perspectiva do historiador Guido Clemente que aponta que as periodizações e

as noções binárias fazem sentido se forem aplicadas a um eixo específico da sociedade. Como o funcionamento das instituições republicanas e a enorme diferença de superioridade entre o *princeps* e os demais senadores, podendo caracterizar uma ruptura política (Clemente, 2013, p. 142). Enquanto na esfera econômica provincial, Fav ersani aponta que a passagem da república para o império praticamente não afetou algumas províncias, apontando uma certa continuidade no âmbito econômico (Fav ersani, 2013, p. 107).

Desta forma, o principado de Augusto se caracteriza por um processo de transição multifacetado, que através das relações de rupturas ou continuidades, dará forma a um novo sistema político. Embora não exista consenso de quando iniciou o fim da república, a morte de Augusto e a sucessão de Tibério, se caracterizam como fortes indícios do fim desse processo (Clemente, 2013, p. 145).

De acordo com Fav ersani, as relações de rupturas ou continuidades são conceituadas como fronteiras. Contudo, não são responsáveis pela separação destas relações, mas são interconectadas com o objetivo de ser “um recurso analítico e narrativo que deve ser apresentado de maneira tão clara quanto possível pelo estudioso para seu público.” (Fav ersani, 2013, p.148). Por partilharmos da perspectiva de Clemente acerca da periodização pautada no recorte temporal de determinado objeto, consequentemente nos aproximamos de Fav ersani com sua perspectiva acerca das fronteiras. Pois, para utilizá-la de forma efetiva, é necessário previamente a delimitação categórica do objeto.

De maneira a exemplificar o conceito de fronteira, Fav ersani em diálogo com Aloys Winterling, caracteriza os agentes sociais como constituidores destas fronteiras, de forma que seus posicionamentos irão tecer as relações de continuidade e ruptura. Ao delimitar o objeto como a emergência do principado de Augusto, os agentes sociais se tornam os aristocratas e seus posicionamentos acerca do imperador. Desta forma, as fronteiras são espaços de luta entre os agentes sociais, de forma a constituir estruturas através da interpretação do historiador (Fav ersani, 2013, p.148-149).

Este conceito se mostra enriquecido de forma dialética através das interpretações e reinterpretações que criam e estruturam diferentes perspectivas acerca do mesmo objeto. Para Fav ersani este processo pode ser chamado de *allelopoiesis*, que deriva do grego *allelon* (recíproco) e *poiesis* (fazer/ criar). Pois, poderá surgir algo novo a partir das diversas interpretações, de tal modo que:

(...) cada vez que pensamos ou tratamos desta passagem da República ao Império a modificamos. Modificamos não só a forma como a vemos, mas também como achamos que os outros deveriam tê-la visto e, assim, modificamos o que ela é para nós (desejando que isto mude o

que ela é para os outros, ou que pelo menos modifique a forma como as pessoas se propõem a vê-la) (Faversani, 2013, p. 149).

Por fim, este fragmento exemplifica claramente como as fronteiras estão intrinsecamente ligadas ao ofício fundamental do historiador como sendo a interpretação acerca das fontes. No qual, através do uso destas ferramentas analíticas é possível a produção do conhecimento que caracteriza a História como ciência.

2.3 Tibério e os Problema de Sucessão

Visando manter o Principado em sua família, Augusto preocupou-se em possuir um sucessor capaz de perpetuar seu legado. Este período se mostra conturbado devido às mortes prematuras daqueles candidatos a ocupar o cargo de imperador.

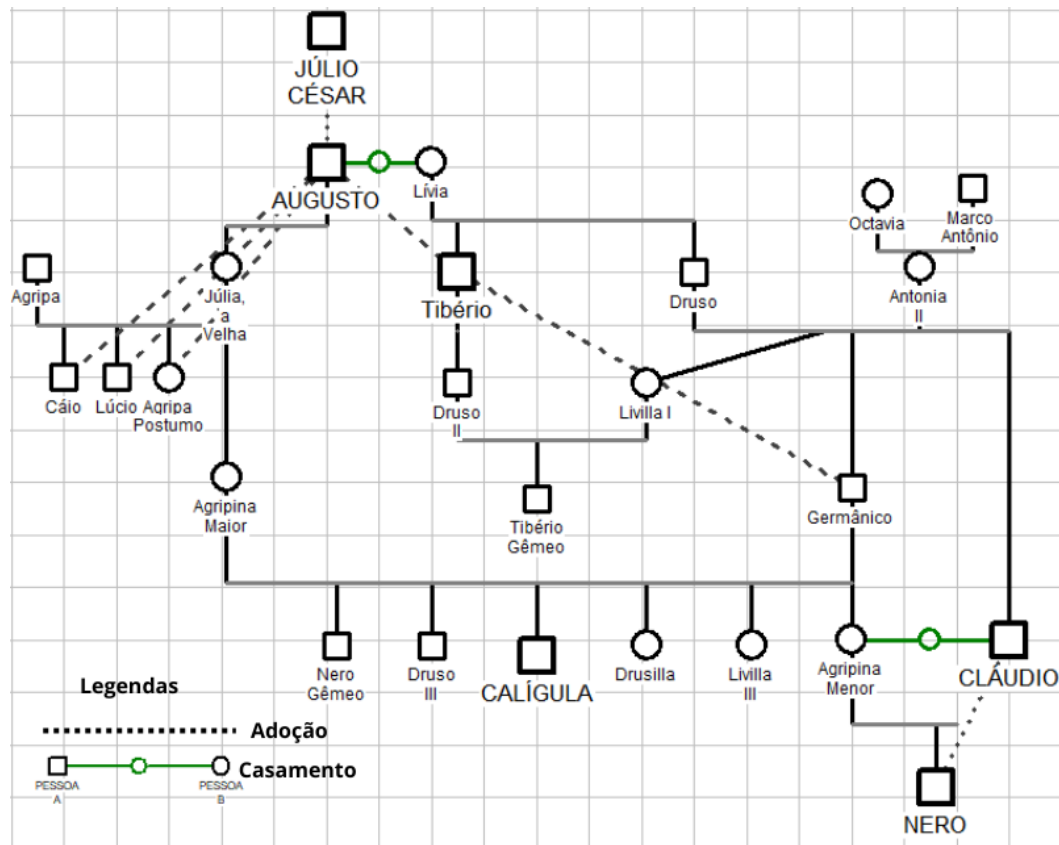
Augusto possuía uma única filha, Júlia, nascida de um casamento anterior. Igualmente, sua segunda esposa, Lívvia, casou-se com Augusto já com dois filhos, Druso e Tibério - ainda em gestação (Beard, 2015, p. 378). Sendo Júlia, a prioridade para gerar um herdeiro para seu pai mediante casamentos arranjados.

O primeiro casamento de Júlia, se deu com seu primo, Marcelo, que morreu prematuramente. Após ele, foi casada com o general e amigo de Augusto, Marco Agripa, no qual tiveram quatro filhos, Caio e Lúcio - no qual foram posteriormente adotados por Augusto e candidatos ao trono - além de Agripa Póstumo e Agripina - ou Agripina Maior (Winterling, 2011, p. 23).

Caio e Lúcio passaram a ser retratados com a mesma aparência que Augusto (Beard, 2015, p. 380), com o intuito de tornar legítima a sucessão ao poder, de forma que o futuro imperador deveria ser proclamado pelo exército e autenticado pelo senado (Esteves, 2010, p. 31-32; Winterling, 2011, p.22), além de fortalecer a rede política do imperador. Este processo em torno da família de Augusto para manter o principado sob seu domínio, pode caracterizar o fortalecimento da *domus* Júlio-Claudiana, no qual Júlio caracteriza o nome da família de Augusto após a adoção de César. Enquanto Cláudio deriva do primeiro marido de Lívvia.

Contudo, Caio e Lúcio morreram nos primeiros anos do primeiro século, de forma a voltar a atenção de Augusto para seus enteados, Druso e Tibério. Druso havia se casado com sua prima, Antônia II, no qual tiveram dois filhos, Germânico e Cláudio. Germânico, através de seus feitos militares e por ser parte da família imperial, logo mostrou-se como potencial sucessor ao poder, enquanto Cláudio pouco foi notado devido sua deficiência física (Winterling, 2011, p.23).

Germânico havia sido adotado por Tibério por ordem de Augusto, de forma a possibilitar a ascensão ao trono. Por sua boa aparência, grandes feitos militares e arranjos adotivos, já detinha o status de *princeps* (Winterling, 2011, p.24), além de se casar com Agripina, neta de Augusto e ter três filhos, dentre eles, Calígula.



12

Visto o heredograma, percebe-se a grande teia familiar capaz de tecer futuros herdeiros ao trono. Desta maneira, foram desenvolvidas diversas rivalidades e disputas dentro da família imperial, no qual casamentos arranjados e mortes acidentais - ou não - eram constantes dentro dessa estrutura.

O ano 14 EC, pode ser visto como um exemplo da proporção que essas disputas haviam atingido. Pois os candidatos ao trono morreram um a um, sendo Tibério e Germânico os únicos possíveis herdeiros de Augusto remanescentes. Contudo, Tibério nunca fora um favorito a suceder o imperador, era na verdade a última opção (Esteves, 2010, p. 31). O fato de seu pai, Tibério Cláudio Nero, ter lutado ao lado de Marco Antônio durante as guerras civis (Beard, 2015, p.380), pode ser uma boa justificativa para esta rejeição.

¹² Heredograma inspirado em Aloys Winterling, em “Calígula: A biography” publicado em 2011.

Com a morte de Augusto em 14 EC, Beard sugere que Lúvia haveria facilitado o processo de sua morte - através de figos envenenados -, e também poderia ter participado do processo de eliminar a grande maioria dos concorrentes ao trono que poderiam ameaçar a posição de seu filho. Logo, teria exercido um importante papel de transicionar o cargo de imperador para Tibério, que ao chegar em Roma, assumiu o poder sem grandes dificuldades. (Beard, 2015, p.381)

Em 19 EC, Germânico e sua família encontravam-se na Síria em campanhas militares, os sucessos consecutivos do general e sua linhagem com Augusto através das adoções, fazia com que fosse um verdadeiro perigo a posição de Tibério. De forma conveniente, Germânico adoece e morre após um conflito com o Gneu Calpúrnio Pisão, o governador da Síria, de forma que suas últimas palavras são acusando Gneu de o ter envenenado (Winterling, 2011, p. 26).

“O próprio Tibério percebeu isso, aparentemente, quando mandou envenenar – de acordo com Suetônio – o pai de Calígula, Germânico, um excelente general e homem extremamente carismático. Dessa forma, acabou abrindo caminho para Calígula. E o processo de sucessão foi visto com legitimidade também pelo fato de Calígula ser membro do clã: era sobrinho-neto de Tibério.” (Pereira, 2016, p. 18)

Como aponta Braulio da Costa Pereira, Suetônio em “A vida dos Doze Césares”, acusa Tibério de envenenar Germânico por ter sua posição de imperador ameaçada pelo General. De forma mais ou menos cômica, para Suetônio, o filho de Germânico e futuro imperador, Calígula, teria envenenado Tibério 22 anos depois, tal como aponta o trecho:

“Calígula, para garantir isso, quando perdeu Júnia, morta no parto, seduziu Ênia Névia, esposa de Macrão, que então comandava a guarda pretoriana e prometeu casar-se com ela, se alcançasse o Império, o que proveu com juramento e com um documento escrito de seu próprio punho. Através dela se insinuou a Macrão, envenenou Tibério, segundo pensam alguns, retirou-lhe o anel enquanto este ainda respirava e, como suspeitava de que Tibério o retinha, mandou que lhe fosse jogada uma almofada e com sua própria mão o sufocou” (*Cal. XII, 1-4*)

A partir dos fragmentos, nota-se que a morte de Germânico evitou outro problema de sucessão para Tibério, pois a partir deste momento, o único herdeiro elegível ao trono, era Druso II, seu próprio filho (Winterling, 2011, p. 33).

Em contrapartida, facilitou o processo de sucessão de Calígula, pois as expectativas em Germânico recaíram sobre seu filho, de forma a legitimar e gerar grande expectativa em seu principado (*Cal, XIII, 1*). Não obstante, a mesma vivência em Capri (*Cal, X, 3*) alguns anos após a morte de Germânico, pode ter sido um facilitador para o suposto assassinato de seu avô.

Em todo caso, Tibério sucedeu Augusto, e iria se deparar com novos problemas imperiais, como gerenciar o amplo e complexo sistema implantado por Augusto durante seu principado. Para Winterling, Tibério não conseguira agir da mesma forma paradoxal que seu antecessor, em vez disso, agia de forma contraditória e sincera (2011, p. 28), o que levava a crises sazonais em seu governo, até sua morte em 16 EC e ascensão de seu neto.

3 - O PRINCEPS CALÍGULA: AS REPRESENTAÇÕES NOS TEXTOS LITERÁRIOS

3.1 - A representação do Princeps Calígula em Sêneca

Entre as diversas obras conhecidas produzidas por Lúcio Aneu Sêneca, dentre elas, sátiras, tragédias e dissertações filosóficas, o Tratado Sobre a Ira¹³ - ou *De Ira* - tem seu enfoque no vício da ira e os perigos que ela representa. Logo, o autor utiliza homens com grande poder ao seu dispor para exemplificar o potencial destrutivo que a ira possui, entre eles, Alexandre, Xerxes, Cambises e Calígula.

Lúcio Aneu Sêneca, nascido em Córdoba em uma família rica entre os anos 4 AEC e 1 AEC, mudou-se para Roma ainda criança com sua família, que tinha como objetivo garantir-lhe uma boa educação (Lima, 2015, p. 9). Estudou gramática, retórica e filosofia, no qual teve contato com estóicos logo no início de sua formação, como Átalo, o estóico, além de ter contato com Sotion e Papírio Fabiano, ambos alunos de Quinto Sêxtio, no qual haviam fundado uma seita filosófica derivada do estoicismo (Faversani, 2012, p. 15).

Devido a problemas de saúde, Sêneca mudou-se para Alexandria em aproximadamente 25 EC, para buscar tratamento e dar continuidade em seus estudos, retornando para Roma e somente em 31 EC, dando início ao seu *cursus honorum*¹⁴. Sua habilidade e reputação como

¹³ *De Ira* não é se caracteriza por ser a única obra senequiana que faz uma crítica a Calígula, *De breuitate uitae*, *Ad Heluiam de consolatione*, *De Clementia*, também fazem críticas a Caio. Contudo, *De Ira* se diferencia das demais por conter críticas diretas a Calígula e seu modelo de governo, além de apresentar elementos não abordados em obras anteriores, sendo fonte para muitos historiadores e biógrafos posteriores, como o próprio Suetônio.

¹⁴ O caminho de Honras ou carreiras. Processo de carreira política que todos os cidadãos almejavam. Organizado hierarquicamente, as magistraturas se ordenam em *quaestura*, na base, responsáveis por gerir o tesouro público, guardar os arquivos estatais e representar os cônsules na administração da justiça criminal; seguido de *aedilitas*, suas funções baseavam-se principalmente na guarda de templos e arquivos plebeus, além do policiamento da *urbs*. Também organizavam e eram responsáveis pelos jogos públicos estatais; a *praetura* se caracterizava essencialmente por administrar a justiça, portanto, gerenciavam as questões legais entre romanos e estrangeiros, além de deter o *imperium*; e *consulatus* ocupando o topo desta hierarquia, eram os detentores da autoridade militar e jurídica, além de comandarem o exército romano. Esta estrutura republicana e suas magistraturas sofreram mudanças, dado o contexto de Roma em determinado período, em especial durante a implantação do principado de Augusto (Campos, 2007, p. 383; Brandão, 2015, p. 96-101).

orador teriam causado inveja em Calígula que cogitou matá-lo durante esta segunda estadia (Dion Cássio LIX, 19, 7-8), embora Suetônio já apontasse a fragilidade de suas relações (*Suet, Cal, LIII*)¹⁵.

Em 41 EC, foi exilado em Córsega por Cláudio como punição por crime de adultério, acusado pela imperatriz Messalina de ser amante de Júlia Livila, irmã de Calígula. Retorna para Roma somente em 49 EC, após a execução de Messalina e convidado pela nova imperatriz Agripina para ser o preceptor do *princeps* Nero¹⁶ (Lima, 2015, p. 11).

É neste contexto em que se insere a obra *De Ira*, embora a obra não possua datação precisa, pode ser estimado que sua construção se deu a partir do ano de 41 EC, no qual se refere a Caio como morto. Portanto as motivações principais da obra seriam não apenas uma crítica ao modelo de governo de Calígula, mas também uma crítica ao seu próprio exílio (Araujo, 2015, p.52).

Como contemporâneo dos *princeps* Augusto, Tibério, Calígula e Cláudio - até aquele momento-, a obra *De Ira* vai além de uma crítica a Calígula ou ao vício da ira, mas trata-se também de uma reflexão crítica sobre o contexto político e social em que Sêneca vivia. A obra aborda questões como seu exílio, a tirania de Calígula e os vícios que corromperam a sociedade romana¹⁷. Embora o tratado se apresente como uma dissertação filosófica moral, o historiador Hugo Araujo Gonçalves da Cunha (2015) argumenta que não se limita apenas a estratégias para combater e evitar a ira, mas também reflete uma profunda insatisfação com o estado das instituições e a aristocracia romana.

Sêneca utiliza principalmente das virtudes defendidas pelo estoicismo¹⁸ novo, como a *gravitas, fides, pietas, constantia* e *sapientia* (Cunha, 2015, p. 58-62) em consonância com o *mos maiorum* para orientar sua ideologia política e tecer elogios ou críticas aos imperadores passados. Da mesma forma, caracteriza a ira como o pior dentre os vícios, ao ponto de

¹⁵ “Quando estava para discursar, ameaçava que ‘sacaria um dardo de suas lucubrações’, de tal forma desprezando o estilo de escrita mais ameno e burilado, que dizia que Sêneca, então muitíssimo apreciado, havia composto ‘meras obras de ocasião’, e que era ‘areia sem cal’” (*Suet, Cal, LIII*; Tradução de Bráulio Costa Pereira, 2016).

¹⁶ Nos afastamos da perspectiva recorrente que afirma Sêneca como representante dos ideais senatoriais sobre Nero, no qual, a partir da ideologia estóica, procurou transformar o *princeps* em um governante ideal para o Senado Romano. O ideal senequiano se caracterizou por um governo mais centralizador e autoritário, se aproximando mais de um rei (Faversani 2012, Cunha, 2015).

¹⁷ Grande parte dos historiadores clássicos como Sêneca e Tácito e contemporâneos como Pierre Grimal atribuem esta corrupção à entrada de riquezas e luxos desmedidos após a vitória de Roma sobre Cartago nas Guerras Púnicas (218-201 AEC). Fator este que também haveria causado a queda da república.

¹⁸ Corrente filosófica fundada na Grécia por Zenão de Cítio no século III AEC. O estoicismo defende a aceitação racional dos acontecimentos da vida, tal como o controle das emoções, de forma que a partir do exercício das virtudes e paz interior, vivendo em conformidade com a natureza, a felicidade pode ser alcançada por qualquer ser humano.

desfigurar o corpo e a sanidade daqueles submersos nesta paixão (*De Ira. Sen I, 1, 1-7*)¹⁹, não obstante, seria o único vício capaz de atingir e corromper uma nação inteira (*De Ira. Sen III, 2, 2*)²⁰.

A crítica política de Sêneca é projetada através do discurso sobre a ira. Tendo início na aristocracia, Fábio Favarsani (2014, p. 59) demonstra a consonância com Tácito, que afirma que os maus governantes seriam resultado de uma aristocracia viciosa. Sêneca acentua essa visão ao defender o retorno aos antigos costumes romanos para livrar a sociedade desses vícios (*De Ira. Sen I, 11, 4*)²¹.

Essa visão senequiana, costuma confundir-se com o desejo republicano, amplamente debatido durante o início do principado, contudo, uma aristocracia amplamente corrompida por vícios oriundos do luxo, não seria capaz de colocar os interesses de Roma acima dos próprios. O ideal senequiano caracteriza-se por um governo centralizado, no qual o governante, atuando como o *exemplum*, seria o responsável por inibir os vícios da população (Favarsani, 2012, p. 143; Cunha, 2015, p. 82). Este ideal de Sêneca é exemplificado em *De Ira* ao citar Augusto como modelo de governante ideal.

“A nossa interpretação é que Sêneca, que desde seu nascimento convivera com a égide de uma figura política que, embora fosse velado nomear-lhe dessa forma, apresentava claras semelhanças a um rei, considerava a monarquia como uma opção de governo legítima, e que poderia ser ideal a partir do momento em que no posto de soberano estivesse um homem virtuoso. A questão da legitimidade do poder não reside na estrutura de governo em si, mas está pautada na qualidade moral daquele que governa” (Cunha, 2015, p. 88)

A partir da interpretação de Cunha a respeito do governo ideal de Sêneca, torna-se clara a aversão pelo governo de Calígula, no qual o *princeps*, embora tenha aspirado fundar uma monarquia (Winterling, 2011), não possuía as virtudes necessárias para conduzir um império, de forma que a arbitrariedade dos seus atos, aliados a violência desmedida, o caracterizavam como um mau governante (Cunha, 2015, p. 129).

¹⁹ Sêneca também compara a ira com os outros vícios. Embora haja relativa calma nos demais vícios, a ira é frenética e cega o indivíduo com ódio, buscando incessantemente meios para causar dor. Este ódio que ignora o conselho e a razão, tal como os animais que espumam e grunhem, transparecem no semblante, nas atitudes e nas falas do irado, comparando com uma breve loucura.

²⁰ “Finalmente, as outras paixões corrompem indivíduos, a ira é a única que por vezes consegue atingir a todos. Nunca uma nação inteira ardeu por amor a uma única mulher, nem uma cidade inteira colocou sua esperança no dinheiro ou no lucro. A ambição domina um a um; a impotência não é um mal público; frequentemente a ira caminham a massa.” (*De Ira. Sen III, 2, 2*; Tradução de Ricardo Antonio Fidelis de Lima, 2015).

²¹ “Antes que avistem uma legião, os hispanos e os gauleses, como também da Ásia e da Síria, soldados fracos em guerra, massacraram-no em razão de outra coisa senão de sua iracúndia. Assim, àqueles corpos e almas alheio a prazeres, luxo, riquezas. Faz-se necessários método e disciplina. Em outras palavras: é preciso retornar aos antigos costumes romanos.” (*De Ira. Sen I, 11, 4*); Tradução de Ricardo Antonio Fidelis de Lima, 2015)

Essas ações desarmônicas com o ideal senequiano, podem ser vistas em *De Ira*, ao representar o *princeps* Calígula como avesso aos ideais defendidos pelo filósofo estóico, ao retirar suas ações de contexto e omitir o que foi benéfico para Roma, o autor se esforça para construir um imperador tomado pela ira e incapaz de ser um bom governante.

Da mesma maneira, Sêneca omite as ações consideradas desvirtuosas dos senadores, com o objetivo de tornar as ações de Caio injustificáveis contra os aristocratas indefesos. A conspiração realizada contra Calígula no início de 39 EC²², considerada o ponto de virada das relações entre o imperador e os senadores, e também a conspiração que levou a sua morte em 40 EC, são minimizadas e relativizadas pelo autor (Winterling, 2011).

A estratégia literária adotada por Sêneca ao descrever as reações do imperador diante das conspirações revela-se evidente. Como se trata de uma conspiração, é evidente que ela não fosse amplamente conhecida. Assim, ao se concentrar apenas nas execuções e reações de Caio, omitindo o papel do Senado na trama, Sêneca, dentro de uma narrativa que critica a ira, o castigo excessivo e as ações arbitrárias, constrói a imagem de um imperador que executava e torturava por prazer, desconsiderando o contexto de obtenção de informações e o crime de tentar assassinar o soberano.

Outra manobra literária utilizada por Sêneca, se trata do contraste com Augusto, que é apresentado como auge das virtudes, enquanto Calígula como a distorção delas. Esta manobra pode ser apresentada de forma direta, a partir do trecho:

“Mas, repreendendo um irado e com raiva pega-lo pelo peito, isso significa exaspera-lo. Irás abordá-lo de várias maneiras e com doçura, a menos que você não seja um homem de tal prestígio, a fim de poder quebrar a ira, como fez o divino Augusto, um dia que ele jantava na casa Vedio Pollio. (...)” (*De Ira, Sen, III, 40-2*)²³

A partir deste fragmento percebe-se como Augusto é contraposto com o irado - podendo ser interpretado como Calígula -, de forma que sua postura perante aos vícios serviria de exemplo para todos os cidadãos romanos. Esta máxima é idealizada no âmbito físico, pois a aparência física refletiria as virtudes carregadas por um homem público (Cunha, 2015, p. 99).

Desta maneira, a aparência física de Caio também é disforizada por Sêneca a partir de diversos artifícios literários, pois, embora não aborde diretamente o imperador, Cunha (2015, p. 100) afirma ser possível relacionar as ofensas a partir de outros escritos, como o *De*

²² Conspiração que possuía apoio político, militar e de familiares próximos do *princeps*, pois fora arquitetada por Lépido, um importante senador romano, *Gaetulico*, comandante militar da Alta Germânia, além de ser apoiada por diversos senadores, os dois cônsules daquele período e pelas irmãs de Calígula, Agripina e Livilla. A conspiração fracassou, seus arquitetos foram mortos e as irmãs de Caio foram exiladas.

²³ Tradução de Ricardo Antonio Fidelis de Lima, 2015.

*Constantia Sapientis*²⁴. Assim, como as virtudes são expressas fisicamente, os vícios seguiriam o mesmo princípio. Portanto, Caio é representado de maneira horripilante por estar imbuído de vícios, ao ponto de sua face ser comparada à um meio de tortura²⁵, mesmo que essa descrição não corresponda às moedas e estátuas da época (Cunha, 2015, p. 100).

As demonstrações de emoções de Caio também não correspondem aos ideais postulados por Sêneca, uma vez que ao perder sua irmã Drusilla em 38 EC, teria reagido de forma desmedida e incompatível com um imperador, demonstrando profunda tristeza e isolando-se nas Colinas de Albanas (Winterling, 2011, p. 67). Esta reprovação por parte de Sêneca pode ser explicada devido ao *exemplum* que o *princeps* deveria ser, pois um cidadão romano deveria agir de forma séria e inabalável (Cunha, 2015, p. 118). Portanto, a atitude de Calígula frente a morte de sua irmã, iria contra aos padrões romanos daquele período, no qual um imperador deveria ser sua máxima representação.

Por fim, Aloys Winterling (2011) defende que Sêneca e demais contemporâneos não consideravam Caio um doente mental, pois seria descridibilizante para si e todos os seus contemporâneos se fossem submissos a um louco. Portanto, nas palavras de Winterling:

“Sêneca usa “insanidade” como um termo de abuso, para censurar a imoralidade e a violação de todas as convenções aristocráticas. Ele usa o termo em um sentido semelhante quando fala de mulheres tão extravagantes que usavam brincos que valiam mais do que a fortuna combinada de duas ou três famílias aristocráticas. Por fim, é digno de nota o fato de que, em vários lugares de seus escritos, ele critica Alexandre, o Grande, quase exatamente com a mesma linguagem, como um jovem “insano” e “megalomaniaco” - um paralelo ao qual Calígula não teria feito objeção.” (Winterling, 2011, p. 142; tradução nossa)

Na interpretação de Hugo Araujo Cunha, a principal crítica de Sêneca contra Calígula está pautada no uso arbitrário da força, no desrespeito às tradições romanas e na carência de virtudes necessárias para ser um bom governante (Cunha, 2015, p. 128-129). A ausência da menção de patologia mental entre os autores contemporâneos ao *princeps* torna evidente que essa construção seria oriunda da interpretação de autores posteriores. Winterling (2011, p. afirma que Suetônio seria o primeiro a levantar essa hipótese a partir dos próprios documentos oferecidos por Sêneca. Dessa forma, o termo *insania* utilizado por Sêneca para descrever a ira de Caio foi reconstruído e reinterpretado para cunhar a imagem do imperador louco, que perdura após quase 2000 anos.

²⁴ *Sobre a Constância do Sábio*, escrita provavelmente entre os anos 47 e 62 EC (Faversani, 2012, p. 16)

²⁵ “É importante saber o quanto foi arrogante e cruel esse homem, embora possa parecer que eu discorde um pouco e saia a recobrir. No entanto, a coisa se insere no discurso sobre a ira que encrudesce de uma maneira incomum. Ele fez açoitar os senadores, significando que se poderia dizer, “Acontece!”. Tinha infligido tortura com todos os instrumentos refinados que a natureza conhece: com cordas, armadilhas no tornozelo, tripé, fogo e com o seu rosto.” (*De Ira, Sen, III, 19-I*; Tradução de Ricardo Antonio Fidelis de Lima, 2015).

3.2 A representação do Princeps Calígula em Suetônio

A coletânea de obras *A Vida dos Doze Césares*, escrita por Caio Suetônio Tranquilo em meados do século II EC, apresenta características específicas devido ao desejo do autor de se distanciar de seus contemporâneos escritores. Dessa maneira, a rejeição da narrativa e a herança literária senatorial são aspectos importantes, mas também problemáticos, dessas obras, visto que se tratam de biografias. Suetônio foca na vida privada do imperador biografado, reduzindo, portanto, tudo o que envolve questões políticas e públicas em detrimento da individualidade pessoal do governante, conforme observa Bráulio Costa Pereira (2016, p. 43).

A partir dessa renúncia à narrativa, Suetônio constrói a personalidade do biografado a partir de sua própria perspectiva. Semíramis Corsi Silva (2012, p. 6) aponta que esse contexto se agrava ao considerarmos a herança romana de atribuir valores que euforizam ou disforizam o biografado. Logo, cria-se a necessidade de analisar tanto o biografado quanto o biógrafo.

Esta herança senatorial, que Suetônio perpetua, pode ser observada a partir da análise do contexto em que o autor estava inserido. Embora o biógrafo não possua passado senatorial, e sim equestre, Pereira (2016, p. 119) afirma que a visão de Suetônio em relação aos imperadores está enraizada em seu círculo social, onde figuras como Plínio e Tácito - ambos senadores - desempenham um papel central e têm uma ligação próxima com esse ambiente. Desta forma, imperadores que possuíram desarranjos com essa ordem senatorial, não seriam apreciados.

Willian Mancini Vieira (2012, p. 113) aponta que o vasto conhecimento de Suetônio em diversas fontes, se deu principalmente a partir do acúmulo de diversos cargos - relacionados a administração e arquivos imperiais - durante o principado de Trajano e Adriano. Pereira acentua esta visão ao afirmar que poucos privilegiados podiam ter acesso às informações que Suetônio obtinha (2016, p. 44).

Assim, embora Suetônio, em um primeiro momento, pareça não expressar abertamente suas opiniões sobre os biografados, a maneira como constrói suas narrativas induz o leitor a adotar as mesmas conclusões que ele. Dessa forma, a obra conduz o leitor a um julgamento específico sobre cada figura retratada, refletindo a visão de Suetônio, ainda que de forma implícita (Pereira, 2016, p. 39). Semíramis Corsi Silva (2012) aponta características biográficas fundamentais que não estão presentes nos escritos de Suetônio, como forma de constituir sua construção ideológica acerca de Calígula:

(...) o indivíduo é observado no interior de uma rede complexa que envolve vínculos de amizade, condição social, pertencimento a grupos filosófico-religiosos, região em que atuou etc. Assim, estaríamos focando a análise no biografado como inserido num contexto cultural que o predispõe a adotar uma série de ideias e a tomar uma série de atitudes que e repercutem na esfera política de sua vida, nas opções políticas que faz, etc. (Silva, 2012, p. 7)

Logo, ao reduzir o indivíduo de seu contexto político-social, Suetônio ordena e reordena a narrativa à sua própria vontade. Ao omitir grandes narrativas, como o atrito político entre Calígula e senadores durante os anos 39 e 40 EC e constatar somente o fato isolado, como a tentativa de elevar seu cavalo cônsul, Suetônio induz seu leitor a crer na loucura do imperador.

Diante dos parâmetros gerais da escrita de Suetônio, torna-se possível realizar uma análise mais aprofundada da representação de Calígula a partir da quarta obra de *A Vida dos Doze Césares*, na qual grande parte de seus relatos desfavoráveis ou degradantes sobre Caio pode ser reinterpretada à luz do contexto histórico omitido pelo autor.

Durante a estadia de Calígula em Capri, Suetônio afirma ser possível já identificar sua natureza cruel e depravada, pois frequentava execuções e torturas com prazer, durante a noite se entregava à gula e orgias, além de ser devoto aos teatros, danças e cantos (*Suet, Cal, XI*)²⁶. Aloys Winterling (2011, p. 44) acusa essa passagem como falsa por diversos fatores, entre eles a falta de evidências arqueológicas ou escritas sobre a existência de bordéis ou teatros naquele período. Não obstante, a neutralidade de Caio ao assistir essas execuções, demonstra vigilância de seus próprios comportamentos durante este período, visto que todos eram observados cuidadosamente após a queda de Sejano, o que pode ser visto como estratégia de sobrevivência durante o período que morou em Capri. Winterling afirma que Suetônio projetou em Calígula características de Nero, com o objetivo de moldar uma narrativa negativa de Caio desde sua juventude.

Após a morte de seus irmãos, em decorrência da disputa pelo trono, e sua transferência para Capri, Calígula teve que se adaptar para evitar o mesmo destino de sua família. Sendo um dos próximos na linha de sucessão, sua vivência em Capri era cercada pelos jogos de poder, no qual a menor demonstração de emoção poderia ser usada contra ele. Portanto, sua estratégia de sobrevivência é retirada de contexto por Suetônio, que a utiliza para construir a imagem de um indivíduo sem emoções, que assistia às torturas por prazer.

²⁶ “Nem então conseguia esconder a natureza cruel e ultrajante. Pelo contrário, assistia com grande interesse aos castigos e penas dos condenados, à noite, frequentava as orgias e aos adultérios, disfarçado com uma peruca e uma veste longa, e dedicava-se com grande esforço às artes do teatro, da dança e do canto. Tibério tolerava essas coisas com facilidade, na esperança de que, através delas, pudesse abrandar seu gênio feroz.” (*Suet, Cal, XI*; Tradução de Bráulio Costa Pereira, 2016).

A mesma estratégia retórica de Suetônio acontece ao relatar o período posterior às conspirações contra Calígula. Após derrubar a fachada de amizade sustentada pelos imperadores passados, Caio valeu-se do fato de não possuir conduta alternativa para os senadores, se não continuar o bajulando em troca de favores, portanto, aproveitou dessa estrutura para humilhar a aristocracia (Winterling, 2011, p. 82). No entanto, Suetônio omite esta narrativa, levando o leitor a concluir que o *princeps* ridicularizava os senadores por diversão.

O mesmo se observa ao narrar o episódio do cavalo de Caio, Incitato. Suetônio relata que o imperador planejava elevar seu animal ao cargo de cônsul, cobrindo-o com jóias e escravos (*Suet, Cal. LV*)²⁷. Ao explorar o clima hostil entre Calígula e a aristocracia, torna-se evidente a provocação e a humilhação inerentes a essa atitude. A elevação de um equino à posição de cônsul invalidava toda a trajetória e os anseios dos senadores, além de compará-los a um animal. Essa ação também evidenciava o poder absoluto do *princeps*, capaz de conferir a um animal o cargo mais cobiçado da sociedade (Winterling, 2011, p. 83). Além disso, desvalorizava e ridicularizava a tradição de ostentação luxuosa que simbolizava poder e prestígio na época. Ao omitir a narrativa nesse episódio, Suetônio induz o leitor a considerar Caio como um louco.

Tal como a fama do cavalo de Calígula, a crença de que cometia atos incestuosos com suas irmãs em meio aos banquetes também começa em Suetônio²⁸. No qual a falsidade é facilmente comprovada ao comparar com os demais autores aristocráticos contemporâneos a Caio, como Sêneca, Filo e Tácito. Esses autores, também críticos ao imperador, não mencionam essas acusações incestuosas, que, como observa Winterling (2011, p. 3), parecem beirar o absurdo e não encontram respaldo em seus escritos.

Essa interpretação sobre a possível relação incestuosa com suas irmãs baseia-se na posição que elas ocupavam durante os banquetes romanos. Marina Regis Cavicchioli (2020) aponta que as posições públicas ocupadas pelas irmãs de Caio eram tradicionalmente reservadas às esposas. Assim, uma mulher reclinada ao lado de um homem com quem não tinha relações lícitas abriria margem para diversas interpretações (Cavicchioli, 2020, p. 13).

²⁷ “Costumava usar soldados para forçar o silêncio nas vizinhanças quando da véspera dos jogos circenses, para que seu cavalo Incitato não fosse incomodado, além ter-lhe mandado construir um estábulo de mármore e uma manjedoura de marfim. Também cobriu-lhe de púrpura, deu-lhe colares de pedras preciosas, uma casa, escravos e mobília, para que pudesse receber com maior suntuosidade os convidados; diz-se também que planejava fazê-lo cônsul.” (*Suet, Cal, LV*; Tradução de Bráulio Costa Pereira, 2016).

²⁸ “Teve frequentes relações incestuosas com todas as suas irmãs, e em pleno banquete, as colocava abaixo de si, uma de cada vez, enquanto sua esposa ficava por cima. Dentre elas, acredita-se que tenha tirado a virgindade a Drusila, enquanto ele ainda vestia a toga pretexta, e foi pego deitando-se com ela pela avó Antônia, que os havia criado.” (*Suet, Cal, XXIV*; Tradução de Bráulio Costa Pereira)

Suetônio utiliza esse artifício literário²⁹ repetidamente ao longo de sua obra, criando inúmeras situações de descontextualização dos eventos, tantas que seria inviável listar todas aqui. Logo, é possível perceber um esforço claro do autor em retratar Caio de maneira negativa em diversos aspectos, seja em suas ações políticas e sociais, seja na própria descrição de sua aparência física.

As descrições físicas, por sua vez, na Antiguidade Clássica, tinham um papel crucial na construção de um juízo de valor sobre o biografado (Silva, 2012, p. 11). Nesse contexto, Suetônio, que compartilhava da hostilidade senatorial, retrata a aparência de Caio de forma grotesca, reforçando sua intenção de desvalorizá-lo. Tal como aponta o trecho:

“Era de alta estatura, cor pálida, corpo enorme, mas com pescoço e pernas extremamente magros, têmporas e olhos côncavos, testa larga e ameaçadora, cabelo ralo e calvo no topo da cabeça, mas com um corpo peludo. Razão pela qual era considerado crime e motivo de pena capital falar em bodes, sob qualquer pretexto, ou olhá-lo de cima quando ele passava. Seu rosto já naturalmente feio e horrendo ele tornava ainda mais bestial, treinando diante do espelho todo tipo de terror e espanto.” (Suet. Cal. L)³⁰

Juntamente com a descrição física de Caio, Suetônio também adiciona uma patologia mental à sua descrição, dando início à uma longa exposição dos mais diversos argumentos do porquê o imperador seria louco, mesmo que essa descrição não corresponda aos relatos contemporâneos do *princeps*, como Filo, Josefo e Sêneca.

De acordo com Aloys Winterling, essa é a primeira vez entre os autores clássicos que tal ponto foi levantado, deixando em aberto o que Suetônio teria inventado e o que teria sido extraído de fontes antigas. No entanto, o impacto da obra de Suetônio foi fundamental para moldar de forma duradoura a representação do imperador nas gerações seguintes (Winterling, 2011, p. 143).

3.3 Convergências e divergências nas representações

As representações do *princeps* Calígula nas obras de Sêneca e Suetônio, possuem divergências e convergências que podem ser explicadas a partir dos contextos e objetivos individuais de cada autor. Ambos retratam o imperador de maneira negativa, mas seguem caminhos diferentes para construir essa imagem.

Suetônio, ao escrever no século II EC, apresenta uma crítica clara e hostil ao imperador Calígula em sua obra *A Vida dos Doze Césares*. Ao contrário de Sêneca, que utiliza

²⁹ Aloys Winterling (2011, p. 110) classifica esse artifício de Suetônio como “técnica de montagem”.

³⁰ Tradução de Bráulio Costa Pereira, 2016.

uma abordagem filosófica com críticas sucintas e veladas, Suetônio constrói a imagem de um imperador louco, de forma a dar ênfase em seus comportamentos tirânicos, como maneira de reforçar seus argumentos.

Como um biógrafo que se insere na tradição literária senatorial a partir de seu círculo social, Suetônio adota uma visão hostil em relação a Calígula, que reflete a tradição crítica aos imperadores considerados tiranos. Assim, sua obra é marcada pela descontextualização narrativa, utilizando anedotas e relatos distorcidos que reforçam a imagem de Calígula como um tirano louco. Não obstante, escreve em um período em que a crítica a governantes tirânicos era não somente comum, mas também uma forma de reafirmar valores romanos daquele período.

Sêneca, por ser contemporâneo de Calígula e possuir desavenças com o imperador, tal como aponta Suetônio em “A Vida dos Doze Césares” (*Suet. Cal. LIII*) e Dião Cássio em “Historia Romana” (*LIX, 19, 1*), adota uma crítica mais velada e filosófica, no qual utiliza o vício da ira para expor seu pensamento. Diferente de Suetônio, Sêneca era membro da ordem senatorial, portanto era não somente herdeiro, mas também construtor da tradição hostil à determinados imperadores que tentaram diminuir ou humilhar o poder de seu círculo, como Nero e Calígula.

Diferente de seus contemporâneos senadores, sua orientação estoica e a defesa do sábio como governante, seria responsável por idealizar a monarquia como uma boa forma de governo, no qual apresentaria este pensamento em *De Ira* de forma velada, tal como as críticas a Caio. A aproximação do *princeps* com monarcas orientais³¹ e a recusa aos valores defendidos pelo estoicismo, resultando no afastamento do modelo ideal defendido por Sêneca, tornaram-se a raiz das críticas literárias pelo filósofo (Cunha, 2015).

A estratégia de Sêneca em não contextualizar certos relatos, tornam-se evidentes ao analisar passagens cujo a falta de contexto altera totalmente a semântica do que está sendo escrito. Esse artifício literário permite que ele conduza a narrativa de forma a reforçar sua crítica ao *princeps*, pois omite elementos que poderiam suavizar ou justificar as ações relatadas, como aponta o trecho:

“Mas por que vasculhar fatos antigos? Recentemente Gaius Caesar fez açoitar e torturar, e não por inquérito judicial, mas por malícia, Sexto Papinio, cujo pai tinha sido cônsul, Betilieno Basso, seu questor e o filho de seu advogado, outros senadores e cavaleiros romanos” (*De Ira, Sen, III, 18-3;*)³²

³¹ Júlio Agripa da Judéia e Antíoco IV de Comagena. Reis colocados no poder por Calígula e que incorporaram o modelo de governo único característico dos impérios Helênicos do Oriente, no qual Caio visava aderir (Winterling, 2011).

³² Tradução de Ricardo Antonio Fidelis de Lima, 2015

Sêneca omite o fato de que Caio estava reagindo contra sua terceira conspiração, e que, entre os torturados e executados, alguns sobreviventes foram posteriormente julgados durante o principado de Nero por continuarem a fomentar conspirações (Winterling, 2011, p. 106). Essa omissão reforça a construção de uma imagem de crueldade arbitrária sem justificativa, que desconsidera o contexto político de ameaças ao poder de Calígula.

Suetônio, por sua vez, descontextualiza e distorce a narrativa. Escrevendo no século II EC e tendo acesso a uma ampla variedade de fontes, ele molda a narrativa como um recurso literário. Um exemplo disso é seu relato sobre a suposta construção de um bordel no Monte Palatino. Ao contrário das crônicas de Incitato, onde o biógrafo, assim como Sêneca, não fornece o contexto narrativo, a distorção no caso do bordel atinge um nível absurdo. Essa abordagem evidencia a intenção de Suetônio de criar uma imagem negativa e exagerada de Calígula. Tal como demonstra a passagem:

“Anunciados desse modo os impostos, mas não afixados, como muitas infrações tivessem sido cometidas por ignorância do texto, afixou a cobrança a pedido do povo, mas em letras minúsculas e num lugar escondido, para que ninguém as pudesse copiar. E para que não deixasse de experimentar todo tipo de pilhagem, construiu um prostíbulo no palácio, com diversos cômodos separados e mobiliados de acordo com a dignidade do lugar, nos quais se encontravam matronas e rapazes jovens, e enviou seus escravos pelos fóruns e basílicas para convidar os jovens e os velhos à libertinagem. Oferecia dinheiro emprestado aos que vinham e mandava que seus nomes fossem anotados abertamente, como se fossem contribuintes da renda de César.” (*Suet. Cal. XLI*; Tradução de Bráulio Costa Pereira, 2016)

Os moradores desses cômodos do “prostíbulo” apontados por Suetônio, são os aristocratas que passaram a viver no Monte Palatino após a descoberta de Caio sobre a terceira conspiração. Após a descoberta desta conspiração, e a prática de Calígula em aproveitar-se da estrutura ambígua entre senadores e imperador, fez com que os membros da família dos principais líderes do senado morassem no monte palatino. Essa medida serviu como um favor imperial, especialmente para aqueles senadores que afirmavam se preocupar com o bem-estar do imperador após a tentativa de assassinato por parte de seus próprios iguais (Winterling, 2011, p.116).

Essa medida defensiva de Calígula, que consistia em colocar os familiares dos senadores como reféns e constante vigilância no Monte Palatino sob o pretexto de amizade imperial, além de forçar pagamentos indiretos devido a condição em que estavam, é completamente distorcida por Suetônio ao afirmar que o local era um grande bordel. Esta descrição de Suetônio não só omite o contexto de jogos políticos, mas também encaixa o enredo em um cenário sem fundamentação.

A principal diferença entre os dois escritores reside no estigma da loucura, enquanto Sêneca não considera Calígula um doente mental, Suetônio o retrata como tal. Para Sêneca, a ideia do senado ter se submetido à um governante insano era desonrosa e inaceitável, recorrer a este discurso somente acentuaria as contradições existentes naquele período. A insanidade utilizada por Sêneca, seria oriunda do vício da ira, ou seja, o comportamento tirânico, as humilhações, e principalmente a violação dos costumes romanos (Winterling, 2011, p. 142). Assim, a “loucura” proposta por Sêneca, foge da patologia mental, mas se trata da manifestação de vícios, refletindo também em aspectos físicos, como descritos pelo filósofo.

Suetônio, por sua vez, escreve em um período de relativa paz entre imperadores e aristocratas, o que torna mais plausível a construção da ideia de que um governante que aspire instaurar uma monarquia seja doente mental (Winterling, 2011, p. 143). Portanto, o autor se esforça em criar a imagem de um indivíduo perturbado desde sua infância, atribuindo ao imperador episódios de epilepsia, desmaios, ansiedade e insônia³³. Além de construir anedotas e narrativas disfóricas que apresentem o *princeps* como louco ao longo de sua vida.

Aloys Winterling (2011) destaca essa distinção fundamental, que permite discernir as críticas que cada autor faz ao afirmar a insanidade de Calígula. A narrativa crucial para diferenciar as abordagens de Sêneca e Suetônio está relacionada ao episódio envolvendo Júpiter. Em *De Ira* (I, 20, 8-9)³⁴, Sêneca descreve a reação de Caio ao ter suas pantomimas interrompidas por trovões. Após assustar-se, chamou Júpiter para lutar, recitando o verso de Homero: “Fere-me ou eu te firo!”. Logo após, Sêneca afirma que estas palavras teriam sido loucura por se tratar de um sacrilégio, e não um desarranjo mental (Winterling, 2011, p. 122). Suetônio utiliza dessa mesma narrativa para afirmar que o imperador estaria sofrendo de alucinações, além de afirmar que o mesmo crera em sua conexão com os deuses (*Suet. Cal. XXII*)³⁵.

³³ “Não era saudável nem de corpo, nem de espírito. Quando menino, fora acometido por epilepsia, e durante a juventude suportava sofrimento tal que, muitas vezes, tomado por súbito desfalecimento, mal conseguia caminhar, ou ficar de pé, se recompor ou se sustentar. Ele próprio tinha tomado consciência de sua saúde mental, e pensou frequentemente de se retirar e limpar seu cérebro (...) Era atormentado sobretudo pela insônia; pois não descansava mais do que três horas durante a noite, e não eram essas horas de um repouso plácido, mas sim aterrorado por imagens terríveis, de modo que, entre outras coisas, pareceu-lhe, certa vez, ver a si mesmo conversando com o espírito do mar.” (*Suet. Cal. I*; Tradução de Braulio Costa Pereira, 2016)

³⁴ “Certamente falarão coisas que julgas de uma alma elevada, assim como Caio César, que, irritado contra o céu, porque os estrondos perturbavam as pantomimas pois ele imitava com entusiasmo mais do que assistia -, causando susto durante o divertimento, por causa dos raios (pena que não certos), chamou a Júpiter a lutar até a morte, exclamando aquele verso de Homero: “Fere-me ou eu te firo!” (*De Ira, Sen. I, 20, 8-9*; Tradução de Ricardo Antonio Fidelis de Lima, 2015.)

³⁵ “E de fato, à noite, convidava a lua cheia e brilhante a abraçá-lo e a deitar-se com ele, enquanto durante o dia conversava em segredo com Júpiter Capitolino, às vezes cochichando e prestando ouvidos a ele, às vezes em voz alta, e não sem discutir. Ouviu-se, pois, a sua voz ameaçar: ‘Ou me levanta ou a ti faça eu o mesmo’ (*Suet. Cal. XXII*; Tradução de Braulio Costa Pereira, 2016.)

Por fim, ao analisar as obras de Sêneca e Suetônio, torna-se evidente que a representação da insânia ou loucura de Calígula apresenta um papel multifacetado. A análise dos escritos de cada autor revela a subjetividade que permeia suas obras, pois destaca como suas perspectivas pessoais e de seus círculos sociais moldam a compreensão do imperador e a forma como é representado. Essa diferença de perspectiva reflete não apenas as intenções individuais de cada autor, mas também o contexto político e social em que estavam inseridos, no qual Sêneca em um período mais turbulento, se faz mais sucinto nas críticas, enquanto Suetônio molda narrativas que beiram o absurdo devido a um período mais pacífico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os escritos de Sêneca e Suetônio contribuíram decisivamente para a construção da memória de Caio como um imperador louco. As obras *De Ira* e *De Vita Caesarum* foram amplamente utilizadas como fontes principais sobre o imperador. O uso desses escritos sem a devida cautela pode resultar em equívocos, como a concordância hegemônica em torno da suposta doença mental de Calígula. Embora a grande maioria das narrativas construídas por esses autores seja facilmente desacreditada, a persistência dessa imagem de Caio levanta questões fundamentais para o ensino e a pesquisa em História.

As causas dessa perpetuação da representação de Caio podem ser claramente observadas no campo da História. Devido à importância histórica dessas duas obras, é relativamente comum que entusiastas e historiadores tenham acesso apenas a elas. Como ambas concordam em diversos pontos de vista, o leitor acaba tomando como verdade as narrativas ali apresentadas e reproduz o discurso construído durante o Principado Romano.

Outro fator comum, está no problema estrutural da docência no Brasil, no qual, professores que precisam cumprir uma carga horária esmagadora, não terão tempo para pesquisar profundamente o contexto em que Calígula estava inserido, então irão aproximar-se das obras mais conceituadas sobre este objeto.

Esses fatores, ligados ao uso da História Antiga com uma função voltada ao entretenimento – embora importantes para a popularização da ciência – também apresentam perigos, pois o objetivo primário é entreter, e não ensinar. Dessa forma, um imperador

lunático que almeja elevar seu cavalo a cônsul e que convida os deuses para lutar é, de fato, mais interessante do que as reações do imperador aos jogos políticos do Principado Romano.

Esta conjuntura se torna problemática ao transportar tais práticas para fora do entretenimento, como na política, em que a população deixa de consumir a história como entretenimento e passa a se tornar refém daqueles que utilizam narrativas ou autoridades históricas para benefício próprio ou de seus semelhantes. As consequências, de acordo com John Tosh, podem ser percebidas ao analisar:

“[...] questões políticas complexas são colocadas diante do público sem explicação adequada de como chegaram a assumir esta forma, e sem nenhuma pista das possibilidades que são divulgadas pelos registros do passado.” (Tosh, 2008, p. 38)

O trecho exemplifica como esta construção de Caio através da história se deu em função dos valores dominantes, e sua perpetuação se tornou capaz devido à inaptidão social em pensar historicamente e criticamente, pois o público é constantemente exposto frente a narrativas prontas.

Este contexto geral sobre o que representa Calígula, mais do que o imperador romano, mas como fonte histórica, é rico para o ensino de História e o desenvolvimento de um pensamento crítico. Uma análise profunda desta figura, irá revelar não somente o contexto político e social do principado romano durante o século I EC, mas também o percurso e as razões por trás da construção dessa imagem.

O estudo de Calígula pode ser usado para ilustrar os cuidados essenciais que o historiador deve ter ao analisar uma obra. Ao estudar o principado instaurado por Augusto, a vida dos autores Sêneca e Suetônio, suas orientações políticas e círculo social, torna-se possível oferecer uma nova perspectiva e uma releitura dos escritos que tratam da construção de Caio como imperador louco.

Logo, a História de Calígula se apresenta como uma ferramenta fundamental para desenvolver o pensamento crítico dos alunos em sala de aula. Ao explorar os interesses das estruturas dominantes e desconstruir a representação amplamente aceita de Caio desde meados do primeiro milênio, é possível exemplificar o ofício do historiador e ilustrar o potencial discursivo que a História possui, uma vez que a imagem da figura mais importante de Roma naquele período foi distorcida e descontextualizada ao longo dos séculos.

Um método enriquecedor para o estudo de Calígula em sala de aula pode incluir uma breve leitura dos escritos de Sêneca e Suetônio para mostrar o "monstro" que o imperador supostamente foi, destacando execuções e torturas atribuídas a ele. Em seguida, uma análise dos autores, sua subjetividade e o papel da classe senatorial, que guiava suas orientações

políticas, ajudaria a contextualizar as ações daquela elite e a refletir sobre o poder da escrita, restrito a poucos na época.

Uma explicação sobre os jogos políticos do período, contextualizando os atritos entre o senado e o imperador, bem como as tentativas de assassinato contra os imperadores e as reações a essas conspirações, também serviria para mostrar como Calígula reagiu a tentativas de assassinato por parte dos senadores, e como os escritores omitiam essa parte para justificar suas ações contra o princeps.

Desta forma, o professor capacita os alunos para pensar criticamente, pois, ao demonstrar como estes foram manipulados pelas narrativas apresentadas, e a semelhança com as notícias e discursos contemporâneos, os discentes estarão mais aptos a questionar as narrativas divulgadas à eles.

Ao questionar narrativas hegemônicas e preconcebidas, estarão prontos para participar ativamente de debates de que muitos professores são impedidos de entrar diretamente em aula, como os mitos do indígena ilegítimo ou das "mulheres bruxas". Embora o professor não possa abordar esses temas diretamente na maioria das aulas, o mito de Calígula é um ótimo exemplo de como narrativas, estruturas dominantes e jogos de poder podem influenciar o curso da história.

Por fim, o estudo crítico das representações de Calígula elucida o valor de uma análise histórica que vai além da recepção passiva de narrativas pré-concebidas, construídas a partir da subjetividade de outros autores. Esse exercício mostra como uma visão distorcida e tendenciosa pode se perpetuar ao longo do tempo, a ponto de solidificar a imagem de um imperador louco como verdade incontestável.

Em sala de aula, analisar os motivos por trás dessas construções, considerando o contexto do Principado e a subjetividade dos autores, estimula os alunos a questionarem narrativas hegemônicas, além de reconhecerem a importância da História e aumentarem sua curiosidade pela disciplina. Assim, o mito de Calígula serve como uma poderosa ferramenta pedagógica para fornecer uma análise crítica e reflexiva, presente em outros temas sensíveis na educação básica.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, José d' Assunção. **Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber**, Vozes, Rio de Janeiro, p. 7-52, 2019.

BEARD, Mary, **SPQR A History of Ancient Rome**. Londres: Profile Books. 2015

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**, São Paulo, UNESP, p. 11-66, 2002.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. et al. **A Busca do Antigo: Novas Perspectivas sobre aplicação metodológica em História Antiga**. VII Encontro Nacional do Grupo de Trabalho de História Antiga (GTHA/ANPUH), Rio de Janeiro, p. 13-23, ago./set. 2010.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos *quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum* (29 AEC – 14 EC)**. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.

CAMPOS, Rafael; FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fábio; GUIDO, Clemente; MARTINS, Paulo; MARQUES, Juliana. **Revista Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, n.4**, São Paulo, 2013.

CARLAN, Claudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo A. **Moedas: A numismática e o estudo da História**, Coleção História e Arqueologia em movimento, São Paulo, 1ª edição, jul. 2012.

CAVICCHIOLI, Marina Regis. O Incesto e o Monstro: uma construção da memória do Imperador Calígula. **Memórias e Mortes de Imperadores Romanos (I a.C. – VI d.C.)**. História (São Paulo), v.39, 2020.

CHOAY, FRANÇOISE. **Alegoria do Patrimônio**, Arte e Comunicação, Lisboa, Edições 70, 1ª edição, abr/2014.

CUNHA, Hugo de Araujo Gonçalves da. **Poder e Violência em Sêneca na Época de Calígula (SÉCULO I d.C): Um estudo DE IRA**, Niterói, 2015.

CUNHA, Macsuelber de Cássio Barros da. **Aspectos da Arquitetura Romana no Governo de Otávio Augusto: Construção e Perpetuação da Memória nos Templos de Apolo Palatino e de Marte Vingador (SÉC. I A.C)**. UFG. Goiânia, 2020.

ESTEVES, Anderson de Araujo Martins. **Nero nos Annales de Tácito**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro

FAVERSANI, Fábio. Estado e Sociedade no Alto Império Romano Um estudo das obras de Sêneca. **Coleção Impérios Romanos Série Estudos**. Ouro Preto. MG: UFOP, 2012.

FAVERSANI; Fábio; JOLY, Fábio. As formas do Império Romanos. Mariana (MG): UFOP, 2014.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**, Ática, São Paulo, 6ª edição, p. 5-41, 1998.

FIORIN, José Luiz. **Noção de texto na semiótica**, Organon, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 165-176, 1995.

FRANCISCO, G. da S. **O Lugar da História Antiga no Brasil**, Mare Nostrum, [S. l.], v.8, n.8, p.30-61, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/138860>. Acesso em: 24 set. 2023.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**, São Paulo: Contexto, 1988.

JORDANOVA, Ludmilla. **De que a História importa atualmente**, Ensino de História e História Pública: Diálogos Internacionais, Paraná, 1ª edição, p. 31-43, 2022.

LIMA, Ricardo Antônio Fidelis de. **De Ira de Sêneca: Tradução, Introdução e Notas**. 2015. 238 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MELO, José Joaquim Pereira. **A educação Senequiana**, Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 21, n. 41, p. 61-87, jan./jun. 2007.

MELO, José Joaquim Pereira. **Sêneca: o papel do sábio na formação da humanidade**, Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, n. 20, p. 129-141, jul/dez 2005.

MESEGUER, Pila Pina. **La Dinastía Julio-Claudiana: Problemas Dinásticos**. Saragoça, 2018-2019.

PEREIRA, Braulio Costa. **Tradução comentada da Vida de Calígula do De Vita Caesarum, de Suetônio**, Rio de Janeiro, fev/2016.

SILVA, Márcia Regina Faria da. Dido e Enéias e o mito de Fundação de Roma. **Revista Philologus** , v. ano 13, p. no. 39, 2007.

SILVA, Semíramis Corsi. **O Historiador e as Biografias: desafios, possibilidades e abordagens de trabalho**. História, imagem e narrativas, São Paulo, n.14, abr/2012.

SÊNECA, Lúcio Aneu. **Sobre a Ira**, Montecristo, jun/2018.

SILVA, Semíramis Corsi. O Historiador e as Biografias: desafios, possibilidades e abordagens de trabalho. **História, imagem e narrativas**. N ° 14, abril/2012 .

TOSH, John. Por que a História importa. In: NOGUEIRA, Bruno et al. (org.). **História Pública e Ensino de História. [E-book]**. São Paulo: Editora, 2024.

VIEIRA, Willian Mancini. **Imago Claudii: As Representações de Sêneca, Tácito e Suetônio Sobre o Imperador Cláudio e Seu Principado**. MG. Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP, 2012.

WINTERLING, Aloys. **Caligula: a biography**. Trans. Deborah Lucas Schneider, Glenn W. Most, Paul Psolinos. Londres: University of California Press, 2011.